

## **Jornalismo político dos comunistas no Brasil: diretrizes e experiências da “Imprensa Popular”**

Sonia Serra\*

### **Resumo**

As diretrizes e experiências da imprensa comunista no Brasil, nos anos 1940 e 1950, constituem um tema relevante, mas pouco explorado pelos estudiosos da comunicação. Este texto analisa o assunto, com base na pesquisa de documentação do Partido Comunista do Brasil (PCB), particularmente textos do seu principal dirigente, Luis Carlos Prestes, e manuscritos de jornalistas militantes da célula do jornal comunista baiano, *O Momento*, complementada com o exame da sua cobertura jornalística e informações colhidas em entrevistas e memórias de participantes da rede de diários e semanários de “massa” do partido, chamada de Imprensa Popular. O objetivo é entender o modelo de jornalismo político proposto pelos comunistas brasileiros e as condições de sua prática, no período. Na primeira parte, o texto compara as diretrizes partidárias com a concepção marxista-leninista da imprensa. Na segunda parte, analisa como essas diretrizes eram recebidas e postas em prática pelos jornalistas do diário baiano. Ao final, compara-se esse projeto editorial com outras visões e teorias normativas do jornalismo.

Palavras-chave: Jornalismo político, imprensa comunista, *O Momento*

### **Introdução**

Este ano completam-se 90 anos da Revolução Russa de 1917, 60 anos da cassação do registro do Partido Comunista do Brasil (PCB) e 50 anos do fechamento do jornal *O Momento*, editado pelo PCB, na Bahia, de abril de 1945 a novembro de 1957. Entre 1945 e 1947, o PCB viveu uma breve experiência de legalidade, iniciada no final do Estado Novo. Esse contexto, de união de forças contra o nazi-fascismo, gerado pela segunda guerra mundial, propiciou o lançamento de um novo tipo de jornais do PCB que

pretendia tornar-se um partido de massa (FALCÃO, 2000). É uma excelente oportunidade para resgatar a experiência de jornalismo político dos comunistas. O tema tem tido pouca atenção dos pesquisadores da comunicação política e da história do jornalismo, apesar da importância histórica da influência dos comunistas no jornalismo brasileiro e particularmente do significado da sua “Imprensa Popular”. Este não era apenas o outro nome de um dos mais importantes diários do PCB, a *Tribuna Popular*, do Rio de Janeiro, mas também da rede de jornais e revistas legais do partido que nesse período, além dos órgãos oficiais centrais, como a *Classe Operária* e a *Voz Operária*, e as revistas culturais e teóricas, coordenava pelo menos 8 jornais diários, nas principais capitais do país, diversos semanários, uma agência de notícias própria, tipografias, livrarias e editoras (RUBIM, 1995).

A proposta deste texto é retomar o estudo desse fenômeno, com base em materiais e dados coletados por ocasião de ampla pesquisa que resultou na dissertação de mestrado, intitulada *O Momento: história de um jornal militante* (SERRA, 1987) submetendo-os a um novo olhar, informado por debates e reflexões mais recentes acerca das teorias normativas e modelos de jornalismo.

Além dos documentos e informações colhidos através de pesquisa bibliográfica, o trabalho se beneficiou do acesso a documentos internos do partido e da célula comunista do jornal baiano, preservados em um processo judicial do Tribunal de Justiça da Bahia (1953) que se seguiu ao seu segundo empastelamento. A pesquisa empírica também consistiu em catorze entrevistas, realizadas com dirigentes do PCB, jornalistas e gráficos de *O Momento*, alguns com experiência de trabalho em outros jornais do PCB, e na leitura de todas as edições do jornal baiano, localizadas nos arquivos, além do exame de algumas edições da *Voz Operária* e da *Imprensa Popular*.

Os procedimentos metodológicos incluíram ainda uma análise de conteúdo de uma amostra constituída pelas edições de uma semana de cada ano do funcionamento do jornal e de uma análise das principais campanhas, temas, discurso e angulação predominantes na cobertura jornalística. Questões relativas às formas de propriedade, financiamento e controle pelo partido, rotinas produtivas e valores dos jornalistas foram investigadas a partir das entrevistas, documentos, jornais e bibliografia (SERRA, 1987, SERRA, 2007).

Este texto privilegia o exame do projeto editorial dos jornais do PCB, dessa fase, analisado com base na experiência do jornal *O Momento*. O objetivo é entender o modelo de jornalismo político proposto pelos comunistas brasileiros e as condições de sua prática, no período. Na primeira parte, o texto compara as diretrizes partidárias com a concepção marxista-leninista da imprensa. Na segunda parte, analisa como essas diretrizes eram recebidas e postas em prática pelos jornalistas do diário baiano. Ao final, compara-se esse projeto editorial com outras visões e teorias normativas do jornalismo.

### **Sob a luz de Lenin e o olhar de Prestes**

A orientação marxista-leninista inspiradora de muitos jornais centrais comunistas, que tinham como objetivo a publicização das idéias do partido, a formação de quadros, a transformação social e a tomada do poder, traduzia-se de modo geral nas funções de organização, agitação e propaganda. O objetivo declarado da direção do PCB em relação a seus diários, da década de quarenta e cinquenta, era torná-los “grandes jornais políticos de massa”. Esse era também o desejo expresso pelos jornalistas comunistas que discutiam medidas e dificuldades para execução dessa proposta.

Durante o período de circulação de OM, tanto na breve fase da legalidade quanto nos períodos de clandestinidade, o PCB transmitiu diretrizes políticas e editoriais e avaliou o conteúdo, linguagem e processos de trabalho de sua imprensa de diversas formas e nos diversos níveis; municipal, estadual, nacional e internacional, seja através de documentos de circulação restrita e debates internos seja em orientações tornadas públicas através da própria imprensa partidária legal. Podemos encontrar recomendações nos estatutos, nos Informes e Resoluções dos Congressos e Conferências do partido e reuniões do Comitê Nacional; artigos escritos por dirigentes partidários, incluindo o próprio líder máximo do Partido no Brasil, Luiz Carlos Prestes, ou dirigentes de outros países, textos críticos da Imprensa Popular em geral ou dirigidas especificamente a cada jornal, publicadas no órgão central, ou orientações encaminhadas através dos boletins da Interpress.

Além disso essa pesquisa conseguiu recuperar documentos confidenciais com orientações e avaliações críticas e auto-críticas transmitidas oralmente durante reuniões das assembléias do organismo ou célula de O Momento, transcritas em atas manuscritas

ou manifestadas em textos datilografados, anexados ao processo judicial citado. Por outro lado, de baixo para cima, o jornal dos comunistas promoveu debates e consultas com suas bases e seu público leitor.

A imprensa sempre foi considerada fundamental pelos partidos comunistas e já na fundação do PCB os estatutos aprovados em seu primeiro congresso, seguindo uma orientação internacional, definiam a necessidade de um rígido e amplo controle da direção sobre a imprensa do partido.

Criava-se para esta atribuição o Serviço de Imprensa e Publicidade, sob a responsabilidade de um dos cinco membros titulares da Comissão Central Executiva. Segundo o estatuto, este serviço "dirige as publicações centrais do partido e controla todas as demais publicações comunistas do país, sejam de iniciativa coletiva ou individual não se admitindo de maneira alguma que a pretexto de autonomia se possam fazer quaisquer publicações contrárias a orientação política geral do Partido" (CARONE, 1982a).

Em janeiro de 1946, pouco depois de começarem a circular jornais legais do PCB em estados como Bahia (o semanário O Momento, fundado em abril de 1945), Rio de Janeiro ( A Tribuna Popular, lançada em maio), São Paulo (o jornal Hoje, cujo primeiro número saiu em outubro) e Pernambuco (a Folha do Povo que resurgira em novembro) o informe de Prestes, aprovado nas resoluções do Pleno Ampliado e publicado em OM 28.01.46, já trazia críticas à imprensa do Partido. Se referindo à Tribuna Popular, o informe avaliava que a imprensa do partido precisava sair da infância e reponsabilizava-a pela pouca eficiência no trabalho de divulgação e pela falta de quadros especializados no partido.

A III Conferência Nacional do PCB, realizada em julho de 1946, determinou então como uma tarefa urgente a elevação do nível político e ideológico de todo o Partido e considerou a imprensa como o principal elemento para fazer a propaganda de sua política e atividades. Neste sentido, Prestes lançou a Campanha da Imprensa Popular, uma campanha de finanças visando constituir uma rede de jornais legais em todas as localidades onde houvesse condições para tal e dotá-los de oficinas próprias, além de mobilizar todo o partido para melhorar o nível político e técnico dos seus jornais (CARONE, 1982b).

Em 1951, os Plenos do Comitê Nacional, realizados em fevereiro e junho, apontaram a urgência de medidas para melhorar o nível político e ideológico dos jornais e revistas e fez novas críticas aos jornais. Em artigo intitulado Estudar e Aplicar as Resoluções de fevereiro do CN para entrarmos no bom caminho da construção do partido, publicado meses depois, na *Voz Operária*, Prestes afirmou:

"A imprensa do partido precisa ajudar as organizações de base do Partido a ganhar a classe operária para a ideologia de vanguarda do proletariado, a unir o momento operário com a ideologia socialista. A linguagem predominante em nossa imprensa é difícil e em geral inacessível às massas trabalhadoras e à própria base do partido, utiliza um vocabulário estreito do círculo de propagandistas que precisa ser abolido e substituído por outro à altura da compreensão do operário e das massas trabalhadoras mais pobres" (VO 04.08. 51, p.11).

O órgão central editava uma seção chamada Crítica e Auto-crítica na frente da Imprensa, na qual além de publicar regularmente artigos com orientações gerais para os jornais do Partido, fez auto-críticas do seu próprio desempenho e de outros jornais. Essas avaliações e orientações que tratavam de aspectos de linguagem, gráficos, de conteúdo, enquadramento, rotinas produtivas e ligação orgânica com a estrutura partidária e com as "massas", ilustram bem as diretrizes dos comunistas para a sua imprensa.

O jornal *Democrata* de Mato Grosso, por exemplo, foi criticado por não fazer nenhuma propaganda da URSS o que era considerado "tarefa permanente de toda a imprensa comunista e popular". O artigo orientava: "A divulgação das grandiosas construções do socialismo em marcha para o comunismo, na URSS, bem como a elevação contínua do nível de vida dos povos soviéticos por exemplo, da quarta rebaixa de preços depois da guerra constituem uma das formas concretas de mostrar às massas o caminho da paz e do socialismo" (VO 14.03.51).

O artigo "A Imprensa Democrática e a Luta pelo Programa da FDLN" (VO 28.07.51), publicado no mesmo jornal, continha críticas dirigidas a todos os jornais do partido:

"De um modo geral os órgãos da imprensa democrática não tem sabido refletir suficientemente as reivindicações e as lutas do proletariado e do povo, não tem sido o necessário fator de impulsionamento dessas lutas. Não tem sabido conduzir campanhas com perseverança, não tem melhorado graficamente, nem tem aumentado sua circulação,

como é necessário. Enfim, não tem sido o agitador e o organizador coletivo que precisa ser".

Para elevar o nível político e ideológico das redações, o texto recomendava a leitura e discussão dos editoriais da *Voz Operária*, o estudo e discussão do programa da Frente Democrática de Libertação Nacional, dos informes e resoluções de Fevereiro e Junho, do PCB, da História do Partido Comunista da URSS e dos principais artigos de *A Classe Operária* de *Democracia Popular* e da revista *Problemas*. O texto reforçava a importância do estudo individual e coletivo, do planejamento e de formas de controle do estudo, além da crítica e da auto-crítica permanente, métodos fundamentais dos comunistas que juntamente com mecanismos de emulação, constituíam parte importante dos processos de trabalho das redações dos jornais comunistas (SERRA, 1987, SERRA, 2007).

O mesmo artigo continha orientações para a melhoria da relação dos jornais com os militantes e a população:

"Precisa prestar atenção às críticas e sugestões da base e da massa. Precisa reforçar sua ligação com as massas não só refletindo cada vez melhor suas aspirações, mas também criando toda uma rede de repórteres populares, agentes, correspondentes, sucursais. É necessário dar atenção às visitas individuais e de comissões, noticiar e publicar as cartas recebidas. É preciso também melhorar a apresentação dos jornais, usar mais ilustrações e charges, histórias em quadrinhos, tornar os jornais cada vez mais atrativos, mais fáceis de serem lidos pela massa".

Por outro lado, o texto recomendava aos militantes e dirigentes comunistas, em todos os escalões uma maior atenção e colaboração com a imprensa democrática, solicitando sua leitura e crítica e sua utilização como "uma de suas armas mais poderosas. O entrosamento da imprensa nos planos de construção do partido e de lutas não pode mais ser subestimado. A propaganda dos jornais, a realização dos comandos e de uma campanha permanente de ajuda são tarefas que não podem mais sair da ordem do dia" (VO 28.07.51).

O Informe de Balanço do Comitê Central do PCB ao IV Congresso do Partido, realizado em 1954, reproduzido em *O Momento* (04.01.55, p.8) apontou novamente a necessidade de tomar medidas "enérgicas" com relação à imprensa do partido para "melhorar rapidamente seu conteúdo e assegurar sua maior difusão". Entre as medidas citadas destacou a necessidade de ter à sua frente "direções responsáveis,

ideologicamente firmes, com espírito de iniciativa e capazes de aplicar sem graves erros a política do Partido aos fatos concretos de cada dia, que devem ser levados ao conhecimento das massas, devidamente explicados e respondidos”. Novamente se falava da importância das organizações do Partido dedicarem maior atenção à difusão dos jornais e “promoverem sua ligação com as bases e as massas”. O informe também indicava as características que a sua Imprensa precisava assumir : "Nossa Imprensa deve ser combativa e polêmica, saber convencer, mas também desmascarar".

A agência de notícias do PCB, a *Interpress*, distribuía notícias internacionais e nacionais, artigos, crônicas e folhetins entre outros materiais e passava para a rede de jornais da Imprensa Popular orientações de como melhor editar esse material (SERRA, 1987). Principalmente quando saíam informes de Prestes ou outros dirigentes partidários e resoluções do Partido havia uma grande preocupação com o modo de sua divulgação, seja do ponto de vista de garantir a fiel transmissão das diretrizes políticas, contidas nos informes, seja com relação a tarefas organizativas e formas de como melhor repercutir essas diretrizes entre militantes, simpatizantes e a população em geral.

Uma circular enviada à rede da Imprensa Popular (TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 1953), dois meses após a publicação dos informes de Luis Carlos Prestes e Diógenes Arruda, aprovados no Pleno do Comitê Nacional, fazia uma avaliação crítica sobre o modo como sua imprensa de modo geral vinha refletindo as teses políticas dos informes, que deveriam estar impregnadas “em cada artigo, editorial ou reportagem” que o jornal publicasse sobre os mais diversos assuntos, prometendo enviar avaliações específicas para cada jornal; indicava medidas para melhorar essa divulgação e cobrava de cada um a realização de um balanço auto-crítico sobre a divulgação dos informes e os reflexos em seu trabalho das orientações ali contidas, a ser enviado em um prazo de dez dias.

Com relação a medidas específicas determinava além da reprodução de trechos dos informes, de forma isolada ou como parte de matérias publicadas em cada edição, a produção de “artigos sobre questões levantadas nos dois documentos, entrevistas e enquetes a propósito de problemas discutidos nos informes, secção de perguntas e respostas com leitores, etc.”.

Sobre o Informe de Prestes a circular destacava as diretrizes políticas que deveriam ser reforçadas: “o fortalecimento e a necessidade de ampliação da luta pela paz,

a luta em defesa das liberdades democrático-burguesas, a luta em defesa da independência nacional e contra o imperialismo norte-americano o desmascaramento sistemático da suposta "ajuda" ianque ao nosso país a luta pelas reivindicações e a organização das massas camponesas a defesa dos interesses dos demais aliados do proletariado, inclusive a burguesia nacional, o desmascaramento sistemático do governo de Vargas, mostrando às massas, por outro lado, o que lhes dará um governo democrático-popular, a defesa dos direitos e reivindicações imediatos da classe operária, ajudando a sua organização nos sindicatos e empresas, a luta contra a carestia; a solidariedade às massas camponesas do Nordeste, mostrando como age em relação a elas o governo de Vargas; a exigência de relações normais com a URSS, a China e as democracias populares da Europa; a propaganda das gigantescas realizações da URSS na construção do comunismo, etc.

O documento ainda definia tarefas relacionadas com o Informe de Arruda que deveriam ser adequadas à situação de cada estado: "artigo de dirigentes locais sobre o recrutamento, páginas especiais ou suplementos tratando dos problemas dos municípios mais importantes do ponto de vista da construção da vanguarda; publicação de trechos de clássicos; publicação de documentos como a biografia de Stalin".

Essa amostra de textos citados demonstra o rígido controle que o PCB exercia sobre os seus jornais através de todas as suas instâncias e especialmente da Comissão Nacional de Educação e Propaganda, que além de encaminhar materiais e orientações, de forma pública ou privada, promovia reuniões periódicas com as direções dos jornais.

A Comissão, era também responsável por organizar a sua manutenção financeira, que dependia muito mais das contribuições de ajuda, vendas e assinaturas do que da publicidade (SERRA, 1987, 2007). Do ponto de vista dos objetivos desse artigo, essa amostra documental fornece indicações claras sobre as diretrizes do PCB para a sua imprensa e como se relacionavam com as concepções marxistas-leninistas sobre o jornalismo, especialmente com os ensinamentos de Lenin.

Em um texto de 1899, sobre as tarefas imediatas do movimento revolucionário russo para derrubada do seu governo autocrático, citado por REBELO (2003, pags, 28-29), Lenin explicava que sua posição sobre a necessidade de concentrar as forças do partido na fundação e manutenção de um órgão de imprensa partidário não implicava em



menosprezar outros aspectos da luta como manifestações, boicotes, greves políticas, mas seu convencimento de que não unificá-las no órgão do partido implicava em perder “as nove décimas partes da sua importância” e não ajudar “a experiência comum do partido nem a criar tradições e continuidade partidárias”. Ele citava as palavras de Leibknecht, identificado como veterano da social-democracia alemã: “Studierem, propagandierem, organisierem – estudar, propagandear e organizar” e concluía: “o centro dessa atividade pode e deve ser sómente o órgão do partido”.

Em *Que Fazer*, publicado, na Rússia, em 1902, dois anos após o lançamento do *Iskra*, Lenin defendia que a organização de um jornal comum para toda a Rússia, um semanário que se difundisse em dezenas de milhares de exemplares “seria parte de um gigantesco fole de uma forja que aticasse cada centelha da luta de classes e da indignação do povo, convertendo-a num grande incêndio ( LENIN, 1978, p.132).

Em julho de 1920, no II Congresso da III Internacional Comunista, criada em 1919, após a vitória da Revolução socialista de Outubro de 1917, o pensamento leninista sobre a imprensa foi cristalizado em resolução a ser seguida pelos partidos comunistas filiados. O ítem 13 do seu capítulo II avalia a situação da imprensa operária nos países capitalistas e o caráter “enganoso da liberdade e da igualdade” sob a democracia burguesa que persegue os jornais operários de de todas as formas que indicam a necessidade de combinar o trabalho legal e o ilegal. A tese estabelece que “para lutar contra isto, e possibilitar ao proletariado uma informação revolucionária, além dos panfletos clandestinos, os partidos comunistas devem criar “um novo tipo de periódicos visando a sua difusão maciça entre os operários... publicações legais que, sem chamar-se comunista e sem dizer que pertencem ao partido, aprendam a utilizar as menores possibilidades legais (Lênin, 1980, p. 272). A imprensa partidária deveria também publicar as decisões da Internacional Comunista e de seu Comitê Executivo em todos os jornais e revistas do partido.

Uma das consequências da Revolução Russa, no Brasil foi a criação do mensário de “doutrina e informações sobre o movimento revolucionário internacional” intitulado Movimento Comunista que começou a circular em janeiro de 1921, antes da criação do PCB e ajudou a aglutinar grupos comunistas dispersos pelo Brasil (CARONE, 1982).

Otávio Brandão que dirigiu, em sua primeira fase, a *Classe Operária*, órgão central do PCB, lançado em maio de 1925, atendendo a uma recomendação da Internacional Comunista de substituição da revista *Movimento Comunista* por um jornal operário popular, conta que para tanto se baseou nas idéias do livro *Que Fazer* de Lenin.

De acordo com Brandão (1978) Lênin recomendava que um jornal revolucionário deveria ser escrito por alguns jornalistas na redação e por milhares de colaboradores fora da redação, nos seus locais de trabalho. Mas, ele afirma que procurou fazer o que era viável então na situação política do Brasil à época do governo de Arthur Bernardes.

Referências a idéias de Lenin para sua imprensa partidária estiveram presentes na memória dos militantes e nos documentos do PCB examinados, relativos à época da existência da Imprensa Popular, que correspondeu ao período de liderança de Josef Stalin, na URSS e aos governos de Dutra e Vargas, no Brasil. Jornais da rede como *O Momento* passaram por distintas fases, em consonância com as orientações internacionais e nacionais do PCB, como pode ser avaliado nos informes e deliberações dos seus congressos e demais documentos e na sua própria cobertura. Desde a sua criação, na fase de união nacional contra o nazi-fascismo, passando pela guerra fria e a cassação do registro do partido e dos mandatos dos parlamentares comunistas, eleitos por outras legendas, e o seu término no final de 1957, *O Momento* viveu períodos de maior ou menor radicalismo e sofreu várias perseguições, incluindo dois empastelamentos. O primeiro, em maio de 1947, liderado por um capitão do Exército e o segundo em 1953, organizado pela polícia. Um forte divisor de águas na história do jornal foi a crise instalada após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética

Durante o XX Congresso do Partido Comunista da URSS Kruschov defendeu a transição pacífica do capitalismo para o socialismo, o que contrastava com as posições do IV congresso do PCB, realizado em 1954, e avaliou que o partido comunista não precisaria mais ser “de “vanguarda” como pensava Lênin, poderia ser uma organização de “todo o povo” sem diferença entre simpatizante e militante ( RABELO, 2003 p. 45). As discussões do Congresso, incluindo as bombásticas revelações de Kruschov sobre os crimes de Stálin, tiveram profundo impacto em todo o mundo. No Brasil, quando essas revelações se tornaram conhecidas, provocaram graves divergências, rompimentos e cisões no PCB, com forte impacto na Imprensa Popular. Os diários do PCB durante certo

período se transformaram então em veículos do debate interno, até essa discussão ser encerrada pela direção. Poucos anos depois, a maior parte dos diários de “massa” do partido deixou de existir. Em vários países houve importantes mudanças nos partidos comunistas que deram origem a novos modelos de publicações (GUILLAUMA, 1988, PIMLOTT, 2000). A próxima seção examina como as diretrizes do PCB eram recebidas pelos jornalistas de *O Momento*, especialmente na sua fase de “diário do povo”.

### **Crítica e auto-crítica em um jornal comunista na Bahia**

Nos seus primeiros anos de existência, o jornal *O Momento* teve uma atuação destacada em diversas lutas populares, como a luta contra a carestia e particularmente nos movimentos de ocupação de terrenos urbanos, as chamadas “invasões”. Através de reportagens e editoriais o jornal analisou a questão da crise habitacional na cidade e tentou influenciar a opinião pública, defendendo o direito de morar. O jornal não apenas relatou as ocupações mas apoiou, incentivou e participou diretamente das passeatas e dos conflitos, orientou a organização dos moradores em sociedades de defesa do bairro, deu assistência jurídica e atuou como mediador, participando de audiências com o prefeito e pressionando o governador a encontrar solução para o problema, no caso a desapropriação das áreas. O caráter de “agitação” desse tipo de atuação, em grande medida responsável pela eleição do diretor do jornal como o vereador mais votado da capital, era denunciado pelos outros jornais da cidade. O PCB conseguiu eleger também dois deputados, Giocondo Dias e Jaime Maciel, à Constituinte Baiana.

A relação do jornal com o movimento operário e sua participação nas greves oscilou bastante conforme as mudanças de orientação política do partido para as questões sindicais e foi objeto de inúmeras críticas e auto-críticas. Nos primeiros anos, em que lutou pela autonomia sindical, além de fazer artigos pesquisando a história dos sindicatos e associações de trabalhadores, foi às fábricas levantar os problemas e deu ampla cobertura a reuniões que visavam a organização dos trabalhadores. O jornal realizava sabatinas e debates oferecendo o jornal como canal para veicular as reivindicações dos trabalhadores e se apresentando como seu porta-voz.

Ainda na fase de semanário, em uma matéria publicada sobre questões ligadas aos portuários, o jornal informava aos leitores sobre o seu processo particular de construção da notícia. Narrava que fora procurado por trabalhadores das Docas que solicitaram a presença de repórteres para apurar irregularidades e comentava que diferente de um jornal qualquer que se limitaria a ouvir um pequeno número de trabalhadores, o repórter promovera uma reunião no local, transformando a reportagem em um debate sério com a participação de mais de cinquenta pessoas. O artigo afirmava que esses procedimentos eram necessários para que pudessem divulgar pontos de vista justos o que os levava a converter “uma notícia em diligência ou uma reportagem em um plebiscito” (OM 16.07.1945).

Nessa primeira fase em que os comunistas gozavam de relativa liberdade, e estavam em campanha eleitoral, o jornal também promovia reuniões nos bairros populares, aos domingos, levando um carro com microfones e alto-falantes para ouvir e dar voz ao povo. Sobre essas sabatinas, depois proibidas (FALCÃO, 2000), *O Momento* afirmava que não pretendia “doutrinar ninguém nem tampouco fazer propaganda” mas construir um novo capítulo de ligação com as massas. Se auto-referenciando, no artigo, Um Jornal em contato com as massas (OM 11.02.1946), o jornal comentava o caráter inédito e participativo desses processos jornalísticos que se constituíam em uma forma de estimular a participação popular e garantiam um canal para a comunicação de massa para uma população que não podia “gozar inteiramente das liberdades democráticas, porque não pode custear cadeias de jornais e emissoras, porque não possui os meios técnicos elementares para fazer ecoar o seu grito de protesto, para dar volume e ressonância à sua voz”.

Em uma avaliação interna posterior, O Informe contendo o plano de trabalho, preparado para a assembléia do organismo do jornal, do início de 1949, que também inclui a crítica e auto-crítica do que fora realizado no ano anterior, contém trechos bastante elucidativos sobre o modo como o jornal então lidava com as diretrizes do partido e como concebia a sua tarefa de construir o “maior jornal de massas da Bahia” cumprindo em suas palavras, mandato do proletariado e do povo da Bahia.

A auto-crítica das debilidades do jornal nesse período de clandestinidade do partido, agora destaca o sectarismo na forma redacional e processos de trabalho, avaliado

como responsável por não se ter realizado o objetivo pretendido, refletido na pequena tiragem de 3.200 jornais naquele ano, sem que se ampliasse o universo dos leitores, atingindo “novas camadas da pequena burguesia” (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA, 1953, p.343).

“Não temos sabido descer, por sectarismo, à divulgação de pequeninos fatos, à publicação de acontecimentos diários da vida do nosso povo e à manutenção permanente de seções atrativas e informativas que à primeira vista parecem não ter importância para nós, mas, que, na realidade interessa à massa mais atrasada de nosso povo e que iria no fundo atrair um grande contingente de novos leitores para o nosso jornal – que terminariam, tomando, através disso, conhecimento da orientação de nosso Partido” (p. 343).

O Informe critica também não se ter criado uma seção de polícia nem publicado regularmente as páginas juvenil e feminina. Avalia que o jornal está perdendo o contato com a massa e aponta problemas nas páginas sindicais e do campo.

“As nossas reportagens de setor e bairro já desapareceram, noticiário local é coisa muito rara, não fazemos um diário na rua, preferimos o comodismo das bancas e o trabalho dos recortes. E é preciso assinalarmos as debilidades da nossa seção sindical que praticamente não está acompanhando a luta dos trabalhadores da Bahia, o que significa que não compreendendo que a função do nosso jornal é organizar coletivamente, é educar, é estimular e entusiasmar os trabalhadores em todo o Estado, transmitindo experiências e ensinando a resistir aos golpes da reação, que hoje já não explora, liquida com os trabalhadores”( p. 346)

A importância de aplicar a linha política traçada pelos dirigentes internacionais e nacionais do partido é reiterada nesse texto que analisa como o jornal tratou questões como a reforma agrária, a luta anti-imperialista, a Guerra, a campanha do petróleo e minérios, a luta revolucionária dos povos americanos, e outros temas da conjuntura econômica e política, referindo-se a artigos de Jdanov e Prestes. O Informe avalia como esses temas poderiam ter sido melhor relacionados com as questões locais, nacionais e internacionais, como no exemplo abaixo:

“ ...não significa, que nesse período não tenhamos levantado a luta contra o imperialismo, mas o fizemos fundamentalmente sobre o aspecto da infiltração imperialista no Estado e no País, sem compreendermos que é necessário e urgente criarmos em nosso povo uma profunda consciência anti-guerreira e anti-imperialista. É claro que a apresentação do fato local, como fizemos com a Circular, o cacau e os nossos minérios foi justa, porque facilitaria a compreensão do povo, porém não se justifica, que ao lado disso não tenhamos divulgado a penetração do imperialismo no mundo e a sua preparação guerreira... (344) “

O documento avalia que além do sectarismo, os problemas são resultantes de diversas falhas individuais e coletivas, responsabilizando membros da direção do jornal e do secretariado do organismo e o organismo como um todo. Além do sectarismo, destaca problemas na planificação, na organização do estudo, na discussão coletiva, na disciplina, no controle e vigilância, métodos partidários considerados imprescindíveis ao bom funcionamento do jornal.

Por outro lado, um relatório para debate interno, contido no mesmo processo, avaliava:

O Momento “não erra com frequência e gravidade na aplicação da linha e da orientação do Clube em relação aos problemas MAIS A MÃO”. Contudo, o O.M. não aplica de MODO CREADOR, em todos os mais diferentes aspectos da vida de nosso povo, os ensinamentos e a orientação da linha política. O O.M. trata, assim, de REDUZIDO número de questões, quando a própria linha política exige, do jornal, uma atividade multiforme, refletindo tudo e tudo comentando, quer sejam os assuntos nacionais, estaduais, municipais, etc.

O autor do relatório conclui que isso se deve ao fato do jornal não ter no período condições materiais, gráficas e recursos humanos suficientes e qualificados para ser um matutino de massas, o que tirava o entusiasmo para vencer os obstáculos, além de uma incompreensão e subestimação do partido sobre o trabalho do jornal, e sentenciava: “Pensar em fazer de O.M. um grande jornal de massas com o material humano que ATUALMENTE temos na redação é sonho de uma noite de verão” (p. 356). O relatório apontava a ausência de redatores qualificados, a inexistência de repórteres para os diversos setores, bem como a incapacidade dos secretários, redator-chefe e diretor de bem dirigirem o jornal, seja pela falta de especialização exigida pela função ou por estarem sobrecarregados com diversas tarefas.

O texto criticava também a incompreensão do partido sobre a estreita relação entre o nível técnico e o nível político-ideológico. Em tom irreverente, o jornalista de OM reclamava:

“Aqui o companheiro que se esforça para escrever bem e em observar a técnica é tido como MALUCO. Se se fala em estudar técnica, aparece logo um que grita: \_ E o informe do “Velho”, você já estudou? Poucos acreditam que se DEVE e se PODE fazer as duas coisas ao mesmo tempo...Que só poderemos transmitir os ensinamentos do “Velho” às massas, se soubermos escrever de modo direto, com extrema concisão e simplicidade; se soubermos apresentar o que foi escrito de modo atraente, com a máxima perfeição!”

O jornalista reclamava ainda da subestimação do partido em relação aos quadros do jornal transformado em “reformatório para transviados ocasionais” e das péssimas condições de trabalho, refletidas em salários “teóricos” e na falta constante de materiais, recursos e equipamentos básicos, desde a goma, a máquina fotográfica, “que a polícia roubou”, os jornais do Rio, etc.

Nas comemorações dos seus cinco primeiros anos, em abril de 1950, *O Momento* publicou vários artigos e reportagens contendo declarações de trabalhadores sobre a sua atuação. Os títulos são elucidativos: Poderoso fator de educação das Massas – José Gorender; Tribuna que não se cala, trincheira que não se rende – Mario Alves; O Momento Jornal Noticioso – James Amado; Dia de festa e de luta – Almir Matos; Esperanças e protestos no O Momento – Emmo Duarte; Um marco na história da imprensa operária brasileira; A Ajuda do povo mantém a circulação de O Momento; Os trabalhadores saúdam seu invencível diário. No seu conjunto, os artigos procuravam caracterizar *O Momento* como um marco em uma tradição heróica e reprimida que vinha da imprensa política de Cipriano Barata, passando por outros jornais operários e comunistas anteriores, mas demarcando-o como um jornal de novo tipo, guiado pela ciência do marxismo-leninismo-stalinismo, representando as forças progressistas e o novo mundo do socialismo, mantido pelas classes trabalhadoras e sua vanguarda. Visavam também diferenciá-lo antagônicamente dos outros jornais do estado, apresentados como jornais das classes dominantes, a serviço do imperialismo e sustentadas pelas forças retrógradas do capitalismo.

Buscavam ainda contestar algumas noções circulantes como a idéia de que o governador era tolerante e generoso ao permitir que um jornal que fazia uma crítica tão violenta pudesse circular, lembrando os episódios de repressão vividos pelo jornal. Contestava também a noção de que o jornal “não era noticioso e era necessário comprar outros jornais para saber o que estava acontecendo”. Explicava que todos os jornais, em uma sociedade internacionalmente dividida em uma minoria de exploradores e uma maioria de explorados, eram armas de luta e instrumentos de propaganda. Cada campo tinha a sua imprensa. Os jornais da imprensa “sadia” negavam e deturpavam os fatos, por exemplo quando traziam técnicos para dizer que não tínhamos recursos para explorar o

nosso petróleo ou silenciavam sobre a penetração imperialista no país ou escondiam a exploração e demais questões de interesse dos trabalhadores e portanto não podiam ser considerados verdadeiramente noticiosos.

Por outro lado, apontava-se que *O Momento*, em parte surgira para “noticiar” com “precisão e verdade” “o que acontece” mas com um noticiário diferente do que era estampado nos outros jornais. Noticiava aquilo que interessava ao povo e não a seus exploradores, incluindo os “movimentos populares pela libertação do país da ditadura e do domínio imperialista”, sem silenciar ou deturpar esses fatos, mas também comentando e mostrando a saída para os problemas. Ao mesmo tempo considerava que o jornal não publicava o “escandaloso noticiário de crimes passionais ou suicídios” e que suas seções de esportes e diversões visavam o “desenvolvimento cultural dos trabalhadores”, ao contrário de jornais como *A Tarde* ou o *Diário de Notícias e Estado da Bahia*, dos *Diários Associados* que transformavam esportes e diversões em “verdadeiro ópio para o povo, concentrando nestes a sua atenção para desviá-la dos problemas políticos e administrativos”.

No final de setembro de 1951, o jornal abriu uma consulta com seus leitores, realizou uma série de reuniões e debates e publicou o resultado sob forma de cartas dos leitores ou artigos, nos meses de outubro a dezembro. A maior parte das críticas se referia à falta de ilustrações, problemas na revisão, impressão, paginação e distribuição. Também pediam o aumento do número de páginas, mais notícias e menos comentário. Alguns participantes das mesas redondas sugeriam que o noticiário focasse mais os sucessos dos países socialistas, outros cobravam um noticiário internacional mais diversificado para evitar que tivessem de recorrer aos jornais da “sadia” para se informar. O retorno de páginas ou seções específicas para jovens, mulheres, funcionários, municípios, informações atualizadas do movimento do porto e notícias sociais dos estivadores, notícias do esporte suburbano eram cobradas. Alguns leitores pediam notícias de crime e seções pitorescas e humorísticas, a saída diária da crítica cinematográfica, notícias sobre concertos e exposições.

Alguns trabalhadores cobraram mais apuração de certos fatos e se queixaram de exageros e imprecisões no noticiário sobre as manifestações, reivindicaram a publicação mais regular das notas trazidas pelos trabalhadores e o aumento de correspondentes nas



fábricas, escolas, bairros e no interior. Alguns consideraram a linguagem compreensível, enquanto outros pediram que se deixasse de lado a linguagem esquemática dos informes partidários.

O documento Sobre a Nossa Imprensa e o Nosso Jornal de Massas (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA, 1953, pags. 351-354), elaborado por ocasião da campanha para arrecadação de fundos para *O Momento*, em 1953, antes do seu oitavo aniversário, além de definir as metas e tarefas relativas à campanha, apresentava de forma bem clara a visão que a direção repassava a seus militantes com relação ao papel e importância do jornal para o partido. Nele explicitava-se a concepção leninista do jornal como um agitador e organizador coletivo e procurava-se sensibilizar os militantes para empenharem-se na realização de um “movimento de massa” para a “reconstrução” de *O Momento* e sua “transformação em um poderoso jornal político de massas”. Informava que a direção determinava que todos os organismos e militantes rediscutissem o documento com o esquema da campanha, que ainda continha uma avaliação crítica e auto-crítica do jornal e da sua relação com os organismos, que é também esclarecedora sobre qual deveria ser a proposta do jornal. Vale a pena transcrever alguns trechos do documento que continha 15 pontos.

“2. Nossa imprensa representa um papel de considerável importância nas atividades de agitação e propaganda, na mobilização e organização das massas, na organização e na elevação do nível da própria vanguarda. Nossa imprensa contribui para a elevação do nível político e ideológico do partido, dos seus militantes, para a rápida transmissão de nossas palavras de ordem e agitação e ação, para a propaganda da solução revolucionária. Precisamos saber utilizar a nossa imprensa como aquele “agitador e organizador coletivo” de que fala Lenin.

3. A importância da imprensa nacional e como utilizá-la. Nosso jornal de massas constitui o principal instrumento de agitprop que dispomos no Estado. Representa 70% do nosso trabalho: através dele as massas mantêm contato direto diário com o Partido, coisa que nenhum outro instrumento de trabalho partidário pode fazer.

4. Temos sabido utilizar este instrumento? Evidentemente não. Nosso jornal não está sendo lido pelas massas, nem mesmo pela maioria dos militantes. Circula tarde, com má apresentação gráfica, não levanta com linguagem clara os problemas do povo para apresentar as soluções, vai ficando a reboque dos acontecimentos políticos, aplica deficientemente a nossa linha política, e por isso não interessa às massas nem satisfaz ao trabalho partidário. Por outro lado os organismos não só não exercem nenhum controle organizado e eficiente de baixo para cima, forçando o jornal a ir para o seu verdadeiro leitor, como não se interessam por organizar a força material da imprensa que se consegue

com milhares de correspondentes em todas as partes, distribuição organizada de milhares de exemplares onde haja massa, um poderoso movimento de massas de ajuda, etc. Os organismos ainda não compreenderam seu papel nessa tarefa e não vêem que são eles os verdadeiros fiadores dela. (...)

8. Nosso jornal deve aplicar a linha política com justeza e isso significa não apenas colocar as nossas tarefas, repetir as nossas palavras de ordem, mas viver as mais sentidas reivindicações das massas, aquelas que sejam capazes de movimentá-las realmente. Só assim o jornal poderá servir a cada organismo e à organização geral do Partido como um poderoso instrumento de esclarecimento, mobilização, organização das massas e desencadeamento e condução de suas lutas. Daí a importância do movimento de correspondentes que fornecerá ao jornal todo o material necessário e enraizará o interesse da massa pelo que nele está escrito, oriundo da informação, da colaboração pessoal de cada trabalhador. Cada organismo deve ter como tarefa destacar o seu correspondente e formar o maior número possível de correspondentes em seu âmbito de ação, isto é, na concentração em que atua e no maior número possível de concentrações vizinhas. O correspondente do jornal é um repórter do jornal no seu local de trabalho ou residência, deve se preocupar em informar o jornal de tudo que se passa no local, deve orientar o jornal de como melhor servir à organização e às lutas da massa local, deve exercer um rigoroso controle e uma crítica construtiva sobre o jornal e deve levar o jornal a bem conduzir todo o trabalho.

9. Pouco adianta termos um bom jornal, que aplique bem a linha política, que contenha nas suas colunas tudo aquilo que é necessário para bem servir ao trabalho revolucionário no seio das massas, se ele não chega alí onde estão as massas. Esta a importância da distribuição que se faz, não apenas através de bancas e jornaleiros, isto; é não apenas através da rede ordinária de que se servem todos os jornais e foi construída pelos jornais das classes dominantes, mas, principalmente, de uma rede do próprio jornal, que sirva só ao jornal dos trabalhadores, que seja construída por nós que funcione em qualquer situação e que leve o jornal no mais profundo das concentrações das grandes massas (...) Assim uma parte importante da reconstrução do jornal é a construção de uma poderosa e eficiente rede própria de distribuição nas fábricas, nos bairros, nas fazendas, nas escolas, etc. “

Apesar desses propósitos partidários e do enorme esforço e sacrifícios pessoais dos militantes do PCB para manter os seus jornais da *Imprensa Popular*, *O Momento* não conseguiu resolver todos esses problemas para se transformar no pretendido grande jornal de massas. Poucos meses após a elaboração do documento, o jornal seria empastelado novamente, em um período em que se intensificou a repressão aos comunistas no Brasil e na Bahia. No dia 31 de julho de 1953, a polícia invadiu e interditou a sede do jornal, apreendeu as máquinas e realizou prisões, sendo instaurado um inquérito. O jornal continuou saindo em formato pequeno e depois conseguiu judicialmente a desinterdição. Manteve o seu funcionamento ainda por mais de quatro

anos, mas em condições cada vez mais precárias e com tiragens cada vez mais reduzidas, principalmente após a crise resultante das revelações de Kruschov, em 1956. Em julho de 1957, nove dirigentes do PCB na Bahia, entre os quais o Secretário da Redação de *O Momento* se desligaram do partido. Em novembro desse ano o jornal deixou de funcionar. Segundo declarou José Gorender, então um dos principais responsáveis pelo diário do PCB na Bahia, em entrevista pessoal, isto ocorreu não por uma decisão partidária, mas porque os que permaneceram no jornal não tinham mais o mesmo entusiasmo para vencer as inúmeras dificuldades para sua manutenção. Como mencionado, nessa época os partidos comunistas reviram a sua política de imprensa. Na Bahia, com a participação do próprio José Gorender e de Ariovaldo Matos, o PCB lançou posteriormente o semanário *Folha da Bahia*, com uma proposta editorial diferente. A experiência entretanto foi encerrada pelo golpe militar de 1964.

### **Diferentes modelos de jornalismo no mercado de idéias**

Em que o projeto editorial de jornais da Imprensa Popular, como *O Momento* se aproxima ou diferencia de outros modelos de jornalismo do seu tempo ou mesmo de propostas anteriores ou mais contemporâneas? Para responder a essa questão esse artigo examina brevemente alguns papéis normativos do jornalismo, comparando o jornalismo comunista com os modelos liberais, particularmente a teoria da responsabilidade social e o jornalismo público.

De acordo com os princípios do liberalismo clássico, os principais papéis do jornalismo se resumem nas funções de “watch-dog”, de vigilante e fiscalizador do Estado, de esclarecimento e orientação e posteriormente de representação do indivíduo cidadão na sua mediação com o governo. Defendia-se que em um livre-mercado de idéias, em que as paixões são liberadas e o Estado não interfere, a verdade resulta do embate das diferentes posições.

Vários autores comentaram como essas noções foram postas em cheque pelo processo histórico de transformação dos jornais em empresas capitalistas, acompanhando outras transformações na sociedade, que levaram a uma maior comercialização da notícia, produzida como mercadoria, à preferência por histórias de interesse humano ou

temas sensacionalistas, com ênfase na informação e emoção, em detrimento do debate de idéias. Os jornais passaram a ser mantidos cada vez menos pelos subsídios de indivíduos, grupos profissionais ou partidos e cada vez mais por anúncios de empresas privadas ou dos governos e a depender de processos de marketing e relações públicas, sendo alimentados por material produzido fora das redações, com o paralelo crescimento das agências de notícias, de publicidade e assessorias de imprensa.

Em vários países, a maior parte dos jornais operários e da imprensa radical não consegue resistir às mudanças. A conseqüente concentração da propriedade que limitava o pluralismo de idéias e dava excessivo poder aos chamados barões da imprensa, capazes de querer provocar uma guerra para aumentar a circulação de seus jornais, atestava a falácia do livre mercado da informação.

Também as mudanças no ambiente comunicacional com o aparecimento do cinema e do rádio e o crescimento da sua utilização na propaganda política e ideológica durante as guerras mundiais aumentaram a preocupação com os meios. E não só com o jornalismo sensacionalista de Hearst. Lippmann e Merz demonstraram, em cuidadosa pesquisa, como o *New York Times* divulgou notícias totalmente infundadas sobre a Revolução Russa, contribuindo para criar a idéia do “perigo vermelho” (MATTELART, 2000). Nos Estados Unidos, a cobertura sobre a União Soviética só deixou esse enquadramento de lado por um breve período quando a Rússia lutou ao lado dos Aliados na II Guerra Mundial deixando então de comentar as reais atrocidades praticadas por Stalin (McNAIR, 1995). Tinham razão portanto, os comunistas quando reclamavam da cobertura tendenciosa da imprensa.

Nesse contexto, foram realizados diagnósticos e discussões sobre a imprensa, nos anos 40 e 50, em países ocidentais, especialmente na Inglaterra e Estados Unidos. Daí resultou uma nova concepção normativa para o jornalismo, batizada de teoria da responsabilidade social, exportada para o mundo, principalmente na forma como exposta no livro *The Four Theories of the Press* (SIEBERT, PETERSON e SCHRAMM, 1956), escrito por participantes da famosa Comissão Hutchins, presidida pelo então reitor da Universidade de Chicago.

Essa visão foi considerada por Dallas Smythe, contemporâneo dos propositores como uma jogada de marketing cujo objetivo era evitar mudanças estruturais nos meios

de comunicação, reclamadas pelos críticos da imprensa, de orientação socialista ou marxista, que defendiam a propriedade pública dos meios e formas de regulação pelo Estado para se contrapor às distorções do mercado. A teoria da responsabilidade social procurava responder aos problemas da falta de pluralismo e do sensacionalismo com propostas de mudança de mentalidade, enfatizando as noções de informação de qualidade como um serviço público, responsabilidade dos proprietários dos meios e da sociedade e profissionalismo dos jornalistas. Segundo McCHESNEY(2003), o profissionalismo no jornalismo surgiu não em oposição aos proprietários mas através do seu ativo patrocínio. Não por acaso a Comissão Hutchins foi em grande parte financiada pelo editor da revista *Time*.

A versão americana da teoria da responsabilidade social, de acordo com PETERSON (1956), um dos co-autores do livro, com algumas modificações, mantém as principais funções do jornalismo, idealizadas pelo liberalismo, a saber: 1) atender ao sistema político através da informação e discussão de questões públicas; 2) esclarecer o público; 3) atuar como cão de guarda contra o governo e proteger os direitos dos cidadãos; 4) atender ao sistema econômico, através da publicidade de bens e serviços; 5) entreter; 6) manter-se independente através da auto-sustentação financeira. Mas acrescenta o privilegiamento do esclarecimento do público e outros processos democráticos e a preocupação com que o entretenimento fosse de qualidade.

Peterson (1956) também comenta as principais demandas da sociedade que essa concepção se propunha a atender: 1) fornecer um relato completo e inteligente dos fatos diários em um contexto de significação. Mas, observando a objetividade, que segundo ele já se tornava um fetiche, ou seja separando o fato da opinião; 2) servir como fórum de crítica e comentário, o que o autor interpretava como uma obrigação de representar, identificando suas fontes, todos os pontos de vista e não apenas os dos proprietários ou jornalistas [prática identificada por jornalistas e teóricos da época como Breed e White (SERRA, 2004)]; 3) representar adequadamente os diversos grupos constitutivos da sociedade, entre eles os “negros” e os “chineses”; 4) apresentar e esclarecer os valores da sociedade e 5) garantir amplo acesso ao conhecimento atual.

Autores posteriores criticaram a teoria, entre outros motivos, por desconsiderar os condicionantes da prática jornalística que garantem ao jornalista apenas uma autonomia

consentida (CURRAN, 1990). Estudos que investigaram as rotinas e valores profissionais dos jornalistas concluíram que essa concepção tinha resultado em “rituais estratégicos” ou procedimentos que de fato não asseguravam a pretendida objetividade. Apresentavam versões conflitantes dos fatos, sem apurá-las, usavam fatos aceitos como verdadeiros para apoiar afirmações dos próprios jornalistas, citando opiniões de pessoas como prova suplementar, independente de serem verdadeiras e recorriam frequentemente a fontes oficiais. Além disso usavam a técnica da pirâmide invertida e da fórmula O que? Quando? Onde? Como? e às vezes Por que?, apoiando-se em critérios de noticiabilidade, como se neutros fossem, para justificar a seleção e hierarquização dos fatos (TUCHMAN, 1993, SERRA, 2004).

Nos anos 40 e 50 algumas técnicas do jornalismo americano começavam a ser trazidas para o jornalismo brasileiro por jornalistas que viajavam aos Estados Unidos (SILVA, 1991). Mas a maior parte deles mantinha-se politicamente engajado e nas eleições, por exemplo, seu apoio aos candidatos era explícito (MARTINS, 2005). Antes do fenômeno da concentração da propriedade e dos altos custos para entrar no mercado de massa o partidarismo no jornalismo no Brasil e também nos Estados Unidos não era considerado um problema, já que cada grupo podia ter o seu jornal. Com essa impossibilidade, era importante fazer crer que os jornais podiam ser neutros e imparciais. Isto levou até à separação, inclusive espacial, entre a redação e a administração, ou entre a Igreja e o Estado (McCHESNEY, 2003), o que hoje foi revisto por muitas empresas jornalísticas .

Nos anos 1990, a teoria da responsabilidade social passou por um processo de auto-crítica e particularmente as idéias de objetividade passaram a ser contestadas por jornalistas e teóricos que de um lado questionaram a sua viabilidade epistemológica e prática e de outro defenderam um maior envolvimento dos jornalistas (ROSEN, 2000). Eles propuseram uma nova perspectiva normativa, conhecida como jornalismo público ou cívico. Entre outras críticas, muitos avaliam que esse movimento, que produziu inúmeros projetos especiais, ainda não se consolidou como prática cotidiana nem produziu uma filosofia consistente. Mas há quem argumente que suas bases filosóficas remontam ao debate entre Lippmann e Dewey sobre os papéis e responsabilidades do jornalismo, às próprias discussões da Comissão Hutchins e podem encontrar

fundamentação na teoria da esfera pública de Habermas e na sua crítica (HAAS e STEINER, 2006).

É possível resumir as principais funções atribuídas ao jornalismo por seus propositores. Nessa concepção, além de apenas reportar os fatos, o jornalismo deve buscar reaproximar as pessoas da vida pública, estimular processos de deliberação pública e ajudar as comunidades a encontrar soluções para os seus problemas. No dizer de Carey, citado por Glasser e Craft (1998) promover um jornalismo de “conversação” ao invés de “informação”. Organizar mesas redondas, grupos focais, audiências públicas e outras formas mais ativas de ouvir a comunidade, especialmente seus segmentos menos favorecidos, para identificar seus problemas é um dos métodos fundamentais. Mas, sofre questionamentos. Para alguns, ao fazer isso os jornalistas abdicam da sua autoridade profissional e responsabilidade de definição da agenda pública.

Embora preocupados com meios mais democráticos de discussão pública, o movimento do jornalismo público não questiona o atual sistema de organização dos meios. É novamente uma proposta de mudança de atitude e rotinas. Fica também dependente da consciência ou benevolência dos proprietários ou sua avaliação de que essas novas rotinas possam trazer frutos mercadológicos, colocando mais uma vez grande parte da responsabilidade nos jornalistas, sem resolver a questão da sua autonomia ou as distorções do mercado.

Apesar de que com o surgimento da radio-difusão as teorias liberais passaram a admitir a necessidade de alguma regulação do Estado e mesmo a possibilidade de existência de meios públicos de comunicação de massa, esse é dos aspectos em que a visão leninista e posteriormente de autores que se orientaram pelo marxismo e propõem mudanças no sistema de propriedade da mídia e sua regulação para evitar ou corrigir as distorções do mercado, mais se diferencia. A propriedade privada foi questionada por Lênin e na URSS os meios de comunicação foram postos sob controle do Estado. É claro que a orientação marxista-leninista para a imprensa apresenta distinções importantes, se consideradas sua fase revolucionária e o período de construção do socialismo, cuja implantação nos países comunistas também implicou em graves distorções, especialmente no período stalinista. Aqui vou me ater a alguns outros aspectos

normativos para comparação com os modelos liberais, cujos pilares individualistas se diferenciam fundamentalmente do socialismo.

Entretanto, o modelo de jornalismo dos comunistas apresenta algumas semelhanças com o liberalismo clássico, por exemplo com relação ao papel de cão de guarda e de representante dos cidadãos, desde o tempo de Karl Marx. No seu discurso de defesa, no julgamento de 1849, acusado por ter denunciado funcionários do governo, Marx (1980, pags. 68 a 70) afirmou: “A função da imprensa é ser o cão-de-guarda público, o denunciador incansável dos dirigentes, o olho onipresente, a boca onipresente do espírito do povo que guarda com ciúme a sua liberdade”. E acrescentou é o “dever da imprensa tomar a palavra em favor dos oprimidos à sua volta . Mas, deve-se ressaltar que a liberdade de imprensa no marxismo era concebida como um direito social e não como um direito natural do indivíduo, como no liberalismo (BULIK, 1990).

A concepção marxista-leninista também incorpora a idéia de esclarecimento, típica da filosofia das Luzes e o objetivo pedagógico que marcou o jornalismo político-literário. A educação das massas é um dos objetivos fundamentais, dentro de uma perspectiva de vanguarda. Mas, em relação à questão da verdade e da objetividade, seja em aspectos, epistemológicos, pragmáticos ou ideológicos, há diferenças significativas, como foi expresso pelos textos apresentados nas seções anteriores, embora haja como na proposta original da teoria da responsabilidade social uma preocupação de contextualização dos fatos. A idéia de balanço, ou a regra de “ouvir os dois lados”, da teoria da responsabilidade social, no contexto apresentado dificilmente se aplicaria aos jornais do PCB.

Linda Bulik (1990, p. 113) aponta que diferentemente do liberalismo o marxismo se opõe ao relativismo. “Marx reabilita o princípio de autoridade, não mais certamente em nome de uma pessoa ou ente infalível, como no absolutismo, porém em nome do caráter absoluto da verdade ou ainda de princípios absolutos da razão dialética em que o erro não poderia ter nenhum direito sob pena de impedir a marcha revolucionária” .

Mas nos jornais do PCB Lenin, Stálin, Prestes e outros dirigentes cujas personalidades são cultuadas, parecem encarnar a verdade. Para Moraes (1994:80) “A mídia comunista engendra uma metodologia específica de enquadramento do real. As informações são processadas de acordo com soluções retóricas capazes de dar conta da



construção/leitura do mundo. O eixo semantizador é regulado por um saber tido como veraz, que agencia um universo delimitado de conceitos, convenções, estilos e modos de pensar.”

Como exposto, o jornalismo defendido ou praticado pelos jornais da Imprensa Popular se aproxima, em alguns aspectos, do modelo do jornalismo público e até de formas de jornalismo participativo como o *OhMynews* que construiu uma rede de repórteres cidadãos, embora alguns mostrem o caráter comercial dessa iniciativa ( ). O engajamento dos jornalistas, a busca de solução para os problemas da comunidade, a preocupação em dar voz a grupos menos favorecidos e a busca de interatividade com seu público também se encontram no jornalismo comunista. Entretanto, segundo Glasser e Craft (1998) propositores do jornalismo cívico, como Merritt, não defendem um retorno ao jornalismo partidário, eles defendem meios democráticos de debate público mas não fins ou soluções particulares.

### **Considerações finais**

A Imprensa Popular, dos anos 40 e 50, corresponde a um tipo específico de jornalismo político comunista, dirigido a um público mais amplo, quando o PCB experimenta, pela primeira vez, no Brasil, tornar-se um partido de massa, conquistando um grande número de militantes e simpatizantes entre operários, setores profissionais médios e importantes intelectuais. O PCB já tivera outras rápidas participações em veículos de massa, editando uma página no jornal *O País* e o jornal *A Nação*, cedido ao PCB, em 1926, por Lêonidas de Resende, que se convertera ao comunismo, mas nada que se compare à experiência da rede de jornais da Imprensa Popular.

Este trabalho buscou levantar elementos para caracterizar essa proposta, baseando-se principalmente na pesquisa de um dos jornais componentes dessa rede, o jornal *O Momento*, editado em Salvador, entre abril de 1945 e novembro de 1957. O período, compreendido entre a ditadura do Estado Novo e o golpe militar de 1964 corresponde a uma época extremamente rica do ponto de vista político, social e cultural, e também de certa diversidade ideológica no jornalismo. Não se quer dizer com isto que esta teria sido uma época de ouro do jornalismo. Ao contrário, diversos autores

apontaram as deficiências, os processos de corrupção e as relações espúrias e até conspiratórias entre empresas jornalísticas, governos e anunciantes (BAHIA, 1990).

Com a reorganização da vida política pós Estado Novo, no Brasil, ao lado de jornais de empresas familiares e grandes cadeias jornalísticas como os *Diários Associados*, resurgem jornais ligados a partidos ou políticos de diferentes tendências como *O Última Hora* de Samuel Wainer e a *Tribuna da Imprensa* de Carlos Lacerda, por exemplo. É importante ressaltar que nessa fase da história do jornalismo brasileiro, em sua maior parte, mesmo os jornais organizados empresarialmente ainda se regem prioritariamente por uma lógica política. Há até o caso do jornal *Notícias Populares* que deliberadamente falava pouco de política e se apresentava como livre de intenções políticas, mas fora criado com o objetivo político-ideológico de evitar a influência do adversário *Última Hora*, na opinião pública. Para tanto usou a estratégia de atrair seus leitores através do mesmo conteúdo e formato sensacionalista estilo “sexo-crime-sindicato”, sem uma orientação política geral explícita, mas fornecendo informações específicas e enquadramentos sob aparência de notícia para contrabalançar a orientação do concorrente (GOLDENSTEIN, 1987).

Mas, apesar de certa diversidade programática a maioria dos jornais brasileiros do período se orientava pelo anti-comunismo, pela defesa dos interesses do capital estrangeiro e por uma perspectiva conservadora no tratamento das questões sociais. No caso da Bahia, no período da guerra-fria, o jornal do PCB se apresentava como o único veículo na imprensa diária, para os trabalhadores e intelectuais “progressistas” que não comungavam com esses interesses e perspectivas, ainda que como visto se constituísse em um espaço rigidamente controlado.

Muitas vezes generalizamos discussões acerca da mídia noticiosa como algo uniforme e imutável. É importante lembrar que já existiram e podem existir diferentes formas de jornalismo. Os jornalistas da Imprensa Popular enfrentaram muitas dificuldades internas e externas de toda natureza, incluindo o centralismo democrático, o vanguardismo, o voluntarismo do PCB e o maniqueísmo, associados a um contexto de guerra fria, clandestinidade e sectarismo, que sem dúvida prejudicaram o seu difícil projeto de construir e manter jornais de partido como jornais de massa. Mas, durante um bom período, com muito sacrifício, estes constituem-se em verdadeiras escolas de

jornalismo, reproduzem um discurso contra-hegemônico e representam um espaço para vozes alternativas. Moraes (1994, p.82) que analisou a questão do realismo socialista na mídia do PCB critica o que viu como um grande paradoxo :

“De um lado, a mídia do PCB carrega consigo contra-sentidos que visam combater, enfraquecer e derrotar a ordem capitalista. De outro, focaliza a audiência (aí inseridas as classes populares) como simples espectadores de suas simulações. Somente os operadores ‘mais qualificados’ podem manifestar parâmetros ‘racionais’ de ordenação social. O discurso emancipador dota-se de uma lógica ambígua e defeituosa: prega a elevação dos oprimidos a sujeitos históricos, mas os mantém como objetos passivos no circuito do já estabelecido” .

Acredito que com relação aos diários do PCB sejam necessárias novas análises e pesquisas empíricas para trazer evidências mais conclusivas e fazer outras avaliações dos erros ou acertos de seu projeto editorial. Espera-se que os dados trazidos nesse artigo contribuam para estimular novos estudos. A comparação entre os diferentes modelos normativos aqui apresentada necessita de muito maior aprofundamento, não possibilitado pelos limites deste texto e pelo estágio da pesquisa, nesse particular. Outros modelos puros ou híbridos que também se configuraram em experiências da imprensa operária anarquista ou de diferentes formas de imprensa alternativa e modelos como o de jornalismo de desenvolvimento aguardam mais análises. De qualquer forma, o que se quer chamar atenção aqui é para a importância da existência histórica de veículos dessa natureza. Resgatar a memória desse tempo e desse tipo de jornalismo é também uma oportunidade para se debater o papel do jornalismo e de formas de garantir que diferentes visões políticas e ideológicas e mesmo partidárias possam estar presentes no debate público, gerando diversidade e pluralismo e preservando a liberdade de imprensa e o direito mais amplo à comunicação.

É geralmente aceito, pelo menos na teoria, que em sociedades democráticas a mídia deve informar, monitorar e interpretar o que está acontecendo, dando publicidade, escrutinando e fiscalizando o que fazem não só os governos, mas as empresas e organizações não governamentais. Que deve se constituir em uma plataforma para a discussão pública e a mediação horizontal, vertical e transversal entre os cidadãos, governos e demais organizações da sociedade. Mas a mídia também deve poder ser um

canal aberto à defesa de pontos de vista políticos, assim como os partidos devem poder dispor de veículos que alcancem um público amplo (McNAIR, 1995).

Argumenta-se aqui que os partidos não podem ficar restritos a processos publicitários ou de marketing político que podem ajudar agremiações ou indivíduos com propostas adequadas e democráticas, ou não, a ganhar eleições e tomar ou manter o poder, mas não garantem as melhores condições de deliberação (sobre condições e processos de deliberação ver HABERMAS, 1996, MAIA, BUARQUE, BRISCHILLIANI, 2006).

Veículos jornalísticos massivos que podem proporcionar melhor esclarecimento, discussão cotidiana, diferentes formas de mediação e mesmo persuasão de suas propostas deveriam ser garantidos a todos os partidos, ao lado de outras possibilidades abertas pela Internet. Além da discussão de questões deontológicas e formas de garantir a “accountability” nos meios, incluindo a criação de diferentes “sistemas de responsabilização da mídia”, é importante associar o debate acerca de critérios de qualidade e valores jornalísticos que afetam a deliberação pública com formas de regulação do conteúdo (PORTO, 2005) e com políticas, processos e propostas de reorganização do sistema midiático que garantam a participação no espaço público de diferentes tipos de meios, privados, públicos, profissionais e cívicos, aí incluídos partidos e organizações da sociedade civil (CURRAN, 2002).

### **Bibliografia:**

- BAHIA, J. **Jornal, História e Técnica. História da Imprensa Brasileira.** São Paulo, Atica, 1990.
- BRANDÃO, O. **Combates e batalhas, memórias,** São Paulo, alfa ômega, 1978
- CARONE, E. **O P C B 1922 a 1943.** vol. 1, São Paulo, Difel, 1982.
- CARONE, E. **O P C B 1943 a 1964.** vol. 2, São Paulo, Difel, 1982.
- CURRAN, J. **Media and Power.** Londres e Nova Iorque: Routledge, 2002.
- FALCÃO, J. **O Partido Comunista que eu conheci (20 anos de clandestinidade),** Salvador, Contexto & Arte Editorial, 2000.

- GOLDENSTEIN, G. T. **Do Jornalismo Político à Indústria Cultural**, São Paulo, Summus, 1987.
- GLASSER, T.L. e CRAFT, S. Public Journalism and the search for democratic ideals. In LIEBES, T. e CURRAN, J. (orgs.) **Media, Ritual and Identity**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1998.
- GUILLAUMA, Y. **La Presse en France**. Paris, La Decouverte, 1988.
- HAAS, T. e STEINER, L. Public Journalism. A reply to critics. **Journalism**, vol. 7, no. 2, 2006.
- HABERMAS, J. **Between facts and norms**, Cambridge, Polity Press, 1996.
- LÊNIN, V.I. **Que Fazer?** São Paulo, HUCITEC, 1978.
- LENIN, V. I. **Acerca de la prensa**. Moscou, Editorial Progreso, 1980.
- MAIA, R. BUARQUE, A. BRISCHILLIARI, R. A dinâmica da deliberação: Indicadores do debate mediado sobre o referendo do desarmamento. I Congresso Anual da Associação de Pesquisadores de Comunicação e Política, Salvador, 2006.
- MATTELART, A. **A Globalização da Comunicação**, EDUSC, Baurú-SP, 2000.
- MARTINS, F. **Jornalismo Político**. São Paulo, Contexto, 2005.
- MARX, K. **A Liberdade de Imprensa**. Porto Alegre, L& PM, 1980.
- McCHESNEY, R. The Problem of Journalism: a political economic contribution to an explanation of the crisis in contemporary US Journalism In **Journalism Studies**, vol. 4 no. 3, 2003.
- McNAIR, B. **An Introduction to Political Communication**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1995.
- MORAES, D. **O Imaginário Vigiado A imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-1953)**. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1994.
- McCHESNEY, R. The Problem of Journalism: a political economic contribution to an explanation of the crisis in contemporary US Journalism. **Journalism Studies** v.4 n.3, 2003.
- PETERSON, T. The Social Responsibility Theory of the Press In SIEBERT, F. S., PETERSON, T, SCHRAMM, W. **Four Theories of the Press**, Urbana, IL, University of Illinois Press, 1956.

- PIMLOTT, H. F. Mainstreaming the margins: the transformation of Marxism Today. In CURRAN, J. (org.) **Media Organizations in Society**. Londres, Arnold, 2000.
- PORTO, M. The principle of diversity in journalism *Jornal Nacional* and political deliberation in Brazil. **Brazilian Journalism Research** v1 n.1, 2005.
- REBELO, A. **A Classe Operária: aspectos da história, opinião e contribuição do jornal comunista na vida política nacional**. São Paulo, Anita Garibaldi, 2003
- ROSEN, J. Para além da objetividade. In TRAQUINA, N. (org.) **Jornalismo 2000, Comunicação e Linguagens**, Lisboa, Relógio D'água, 2000.
- RUBIM, A. A. C. **Marxismo, Cultura e Intelectuais no Brasil**, Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA, 1995.
- SERRA, S. **O Momento: história de um jornal militante**. Dissertação de Mestrado. Salvador, UFBA, 1987.
- SERRA, S. Relendo o gatekeeper, notas sobre os condicionantes do jornalismo. **Contemporânea Journal of Communication and Culture**, vol. 2, no. 1, junho 2004.
- SERRA, S. A Imprensa Comunista no Brasil: retomando o caso do jornal *O Momento*, VI Bienal Iberoamericana de Comunicación, Córdoba, 2007.
- SIEBERT, F. S., PETERSON, T, SCHRAMM, W. **Four Theories of the Press**, Urbana, IL, University of Illinois Press, 1956.
- SILVA, C. E. L. **O Adiantado da Hora: A Influência Americana sobre o Jornalismo Brasileiro**, São Paulo, Summus, 1991.
- TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA, Processo 528. Quarta Vara Crime, Salvador, 1953.
- TUCHMAN, G. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In TRAQUINA, N. (org.) **Jornalismo, questões, teorias e "estórias"**, Lisboa, Vega, 1993.

\* Sonia Serra ([sonserra@ufba.br](mailto:sonserra@ufba.br)) é Bacharel em Jornalismo, Mestre em Ciências Sociais e PhD em Media and Communications. É professora das seguintes instituições: UFBA, FTC, FIB.